

Publicidade móvel e irregular

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

A farra dos outdoors e os gigantescos banners instalados na lateral de prédios não são as únicas agressões à paisagem de Brasília. Em ruas, viadutos, passarelas e fachadas, pequenas faixas de pano, que anunciam uma infinidade de produtos e serviços, também enfeiam e sujam a cidade, agredindo o tombamento da capital e até mesmo atrapalhando o trânsito. Outra irregularidade cada vez mais comum é a colocação de publicidade em ônibus e caminhões, que estacionam em locais de grande movimento e funcionam como verdadeiros outdoors móveis. As margens do Eixo Monumental são o local preferido das empresas que vendem apartamentos, carros ou oferecem frete. A legislação proíbe qualquer tipo de publicidade na via, assim como no Eixão e na Esplanada dos Ministérios.

Na semana passada, o **Correio** publicou uma série de reportagens que mostrou o excesso de painéis publicitários, legais e irregulares, instalados nas ruas do Distrito Federal. Existem cerca de 750 outdoors e quase metade deles está irregular. Sem nenhum controle ou fiscalização, a instalação de propaganda virou um jeito fácil de ganhar dinheiro. Os painéis não obedecem a distância mínima e muitos são instalados em área proibida. A poluição visual fere o tombamento de Brasília.

No estacionamento do ginásio Mané Garrincha, muito próximo do Palácio do Buriti e do Eixo Monumental, uma gigantesca carreta anuncia imóveis em Águas Claras. No local, funciona um estande de venda dos apartamentos que tem até maquetes dos prédios à venda. A colocação da publicidade ambulante é de difícil fiscalização, já que o caminhão-outdoor muda de local constantemente.

Além da carreta móvel, painéis tradicionais nas proximidades da Esplanada também ferem o Plano Diretor de Publicidade. No canteiro de obras de um prédio de escritórios no Setor Hoteleiro Sul há anúncios dos imóveis em imensos outdoors, bem ao lado da Torre de TV. Até mesmo a Fundação Nacional de Arte (Funarte) tem banners coloridos às margens do Eixo Monumental, indicando a localização da sede do órgão. Ao lado da Funarte, mais irregularidade: outro caminhão, que também anuncia imóveis em Águas Claras, está estacionado na via. Não bastasse a carreta, faixas de pano foram colocadas em volta do veículo para atrair a atenção dos motoristas.

É preciso planejar

O coordenador de Operações da Subsecretaria de Fiscalização, Paulo César Peres, explica que a publicidade irregular instalada em veículos é cada vez mais comum na cidade. “Mas é difícil controlar porque multamos e o caminhão muda de local. Mas a partir de agora, se o infrator for reincidente, vamos apreender o caminhão”, garante Paulo César.

O professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB)

Ronaldo de Oliveira/CB



UM TRAILLER ESTÁ PARADO NA LATERAL DO EIXO MONUMENTAL, A POUCOS METROS DO PALÁCIO DO BURITI. TRATA-SE DE UM ESTANDE PARA A VENDA DE APARTAMENTOS EM ÁGUAS CLARAS

INFRAÇÕES POR TODA A PARTE



MAU EXEMPLO

Além de indicar o caminho para a Sala Funarte, o banner do Ministério da Cultura desrespeita tombamento da capital



TEM DE TUDO

As faixas que vendem de tudo um pouco prejudicam a visão dos motoristas e deixam quadras do Sudoeste, como a 102, imundas



MAIS ESTANDES

Em frente à Torre de TV há outros dois caminhões que anunciam imóveis: dentro dos veículos tem até maquetes dos apartamentos



TRADICIONALISMO

Ao longo dos 320 hectares do Parque da Cidade os tradicionais outdoors estão presentes: atenção de motoristas também é desviada

Frederico Flósculo critica a poluição visual e o excesso de outdoors e publicidade na capital. Para ele, a disseminação de propaganda irregular pelas ruas da cidade é reflexo da falta de uma legislação que ordene a ocupação territorial. “A questão

é muito simples. O Plano Diretor de Publicidade não deveria ter sido elaborado antes da revisão do Plano Diretor de Ocupação Territorial (Pdot) ou antes do Plano Diretor do Plano Piloto. Colocaram o carro na frente dos bois”, critica o especialista.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente informou que a revisão do Pdot está em análise no governo. Para Frederico Flósculo, a falta de diretrizes de ocupação estimula a instalação de painéis irregulares.

“É como se Brasília tivesse perdido o encanto. Parece até uma conspiração para a cidade dar errado. É preciso continuar a planejar a capital, como fez Lucio Costa. Mas com alto nível”, considera o professor Frederico Flósculo.

Para que tanta faixa?

As faixas de pano, cujo modelo mais simples custa menos de R\$ 30, são o meio de publicidade preferido dos anunciantes. Até mesmo deputados e sindicalistas recorrem a elas para desejar um feliz dia dos pais, um bom ano-novo ou parabenizar mães, crianças e categorias profissionais. Empresas e prestadores de serviço usam as faixas para divulgar endereços, telefones e promoções. Entre os clientes estão também pessoas que querem indicar o caminho correto de festas. Cada um com seu interesse, mas todos sujam as ruas da mesma forma.

Para o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Alfredo Gastal, as faixas são uma agressão ao patrimônio tão grave quanto a instalação excessiva de outdoors. “Há faixas cravadas na grama no canteiro central das ruas, às margens da via, em todo o DF. É preciso haver mais controle para evitar esses abusos”, comenta Gastal.

O administrador de Brasília, Ricardo Pires, explica que não tem competência para multar os responsáveis pelas faixas. “Mesmo assim, estamos com duas equipes que percorrem a cidade e recolhem todas. A garagem da administração está lotada, com centenas de publicidades irregulares”, conta Pires.

A Subsecretaria de Fiscalização também atua para combater o problema. Diariamente, uma equipe de fiscais percorre a cidade para remover faixas espalhadas. Na semana que vem, os responsáveis pela instalação serão multados. “Nosso depósito tem mais de 3 mil faixas. Começamos com um trabalho de conscientização para alertar sobre a proibição. Mas vamos começar a multar”, garante o coordenador de operações da subsecretaria, Paulo César Peres. O valor da multa é R\$ 400 por metro quadrado de faixa. (HM)